

BLOG DO PEDRO MÁRIO

Política e Marketing Político e Eleitoral na Amazônia

Que o Pré-Sal é uma grande jogada de marketing do governo do PT, ninguém tem dúvida. Estima-se que a produção de petróleo para valer só venha a ocorrer, mesmo, daqui a alguns anos, a partir de 2020.

Enquanto isso as chamadas áreas de interesse na produção de petróleo e gás deixaram de fazer parte do interesse do governo. A maioria, praticamente parada desde o governo do presidente Lula quando foi lançado o programa com enorme estardalhaço e apoio da grande mídia que ingenuamente ou não, caiu no conto petista.

A Bacia de Campos, no Rio de Janeiro, maior produtora de petróleo do país, por encontrar-se em fase de maturidade, ou seja, de produção máxima, tende a diminuir dentro de uma década. Por tese, essa queda de produção deveria ser coberta por outras áreas. Mas o Pré-Sal ofuscou áreas potencialmente produtoras de petróleo e gás no Brasil onde se inclui o Pará.

Cercado pelas bacias sedimentares Pará-Maranhão e Bacia do Parnaíba, ambas com grande área de reservas em território paraense, além da Bacia do Amazonas que se estende até o sudeste do Pará, conhecida como formação Monte Alegre, o estado poderia ser uma grande saída para substituir a inevitável queda de produção da Bacia de Campos caso os investimentos fossem canalizados para esta região.

Mas a atenção dos paraenses se aguçou, mesmo, quando foi revelado que a região de Salinópolis, no Nordeste do Estado, é potencialmente rica com a presença de óleo e gás. O fato, é que os estudos iniciais indicaram que, em termos de profundidade, a exploração no Pará seria extremamente viável – faixa de 2 mil metros contra os 7 mil metros do Pré-Sal que exige muito mais tecnologia e absorção de recursos.

Segundo dados que podem ser obtidos junto à Agência Nacional do Petróleo (ANP), o óleo encontrado em Salinas é considerado de excelente qualidade. Em termos comerciais, o petróleo extraído em território paraense por ter baixo teor de enxofre, teria padrão acima o da

Arábia Saudita, considerado, hoje, um dos melhores do mundo. Isso deixaria o petróleo aqui extraído muito valorizado perante o mercado internacional.

Outro fator marcante é a existência de gás natural na Bacia do Parnaíba, da qual o Pará é parte integrante, com volume estimado em 5 trilhões de pés cúbicos de gás. Sua exploração traria inúmeras vantagens para o Pará e estados vizinhos pelo grande volume de gás natural que possui. Energia capaz de gerar processos mais rentáveis em função do seu baixo custo de exploração e comercialização que além de atender projetos como o de Carajás e a verticalização da sua produção como as siderúrgicas de Marabá e o polo de alumínio em Barcarena, seria grande indutora na atração de novas indústrias consumidoras de grande quantidade de energia térmica como é o caso do beneficiamento da alumina e da produção de chapas de aço.

Mas como o Pré-Sal é ancorado em fato mais político do que comercial, a verdade é que o governo brasileiro praticamente parou todas as iniciativas para colocar outras áreas consideradas de interesse para a produção de óleo e gás no país em segundo plano, preocupado em preparar o leilão do Pré-Sal cujos desdobramentos em termos midiáticos, todos conhecemos.

Segundo o balanço mais recente, divulgado no final do ano pela ANP, o Brasil produziu no último ano cerca de 2,49 milhões de barris por dia com participação de 26 empresas que operam em 313 concessões. O Pré-Sal contribuiu com 371,3 mil barris com 21 poços produtores em operação.

E agora. Quem aposta no desempenho da economia paraense nos próximos anos?

A verdade é que com ou sem petróleo, o Pará tem perspectiva de ser um gigante brasileiro daqui a 15 anos, com ritmo de crescimento equivalente ao de uma China, apostam empresários e políticos que não escondem seu entusiasmo com o surgimento de novos polos de desenvolvimento instalados em várias frentes no interior ao mesmo tempo em que são reticentes aos gargalos sociais que o estado enfrenta.

O estado atravessa uma transição econômica atípica em relação aos demais estados brasileiros, particularmente os amazônicos, em função do momento em que vive alguns de

seus municípios. Diferente, por exemplo, do vizinho estado do Amazonas, que fez de sua capital, Manaus, uma verdadeira cidade estado com o projeto bem sucedido da Zona Franca industrial, para orgulho dos manauenses. A maioria dos investimentos feitos pelo estado é praticamente canalizada para a capital. Enquanto isso os demais municípios amazonenses, em sua absoluta maioria, sofrem com a pobreza e a dificuldade pela existência das grandes distâncias e pela falta de infraestrutura.

No Pará, ao contrário, afastados das atividades tradicionais a que eram vocacionados há décadas, muitos municípios partiram para um novo estágio de desenvolvimento que indiretamente vem afetando as demais cidades vizinhas.

Estrategicamente espalhados nas diversas regiões do estado, esses municípios ajudam o Pará a mudar de cara e a caminhar para se tornar um gigante com um crescimento bem mais acelerado que o restante do Brasil nos próximos 15 anos. Mesmo com o desafio de atravessar os atuais gargalos da estrutura social e econômica que afeta o estado como um todo.

O estado está deixando de ser somente extrativista para se dedicar a atividades econômicas que até então não tinham expressão nenhuma. É o caso da produção de grãos. O Pará não produzia nada. Hoje já produz 1 milhão de toneladas. E isso não vai ficar por aqui uma vez que dos atuais 27 milhões de hectares de pastagens, a tendência é que pelo menos um terço dessa área migre para outros usos como a própria produção de grãos, reflorestamento para aproveitamento industrial, fruticultura, e o uso racional da terra para o crescimento do rebanho bovino que atualmente já ultrapassa 18 milhões de cabeças.

Quem se acostumou a andar pelo interior percebe que pequenos aglomerados urbanos hoje viraram verdadeiras cidades, tanto sob o ponto de vista populacional como o econômico. É o caso de Brejo do Meio, Morada Nova, Vila Santa Fé, Vila União e Capistrano de Abreu, apenas para citar algumas comunidades localizadas em Marabá que sonham em se tornar municípios. Essa pulverização da população que aumenta a cada ano, constituída principalmente de imigrantes vindos de outros estados, já soma 8 milhões de habitantes e tende a crescer. Com isso, os investimentos na construção civil se aceleram. São estradas, pontes e equipamentos sociais necessários para atender o crescimento da demanda populacional. E isso já é visto de forma bastante positiva pelo volume de obras que se vê em diversas regiões do estado. A construção civil, aliada a outros setores de atividades, passou a ser um grande gerador de empregos, embora ainda não atenda a demanda que o estado precisa.

Mas o Pará vive um paradoxo. É rico de imensos potenciais mas cercado de uma pobreza vista de muitos ângulos e de grandes vazios econômicos. São áreas que já passaram pelos ciclos da pecuária extensiva e da madeira e que ainda não encontraram saídas para se posicionar perante o crescimento que vive muitas regiões do estado.

Um dos grandes problemas visto pelo atual governo é que a pulverização da população espalhada pelo estado exige a necessidade de se fazer obras públicas para atender, muita das vezes, pouca gente, o que demanda muito recurso para investimento e custeio. Outro fator preocupante é a capacitação de mão de obra para atender às várias frentes que surgem a cada projeto em andamento. É o caso de municípios como Castanhal, Paragominas, Tailândia e Tomé Açu, na região Nordeste do Estado; Barcarena, no Baixo Tocantins; Parauapebas, Marabá, São Felix do Xingu, no Sul; Santarém, Juruti e Oriximiná, no Oeste; Altamira e Mediciândia, no Meio-Oeste, apenas para citar alguns que hoje experimentam nova fase de desenvolvimento.

O grande desafio, na visão do próprio governo, é que as atividades econômicas iniciadas em muitos dos municípios paraenses estão intrinsecamente ligadas com o próprio potencial do estado. A preocupação, hoje, é ordená-lo em direção a um futuro não muito distante. É o caso das grandes jazidas de minérios, o aproveitamento dos recursos hídricos para a geração de energia, o surgimento da agricultura vista de outro ângulo que não a extrativista, como é o caso da produção cacaueteira que vem aumentando nos municípios da Transamazônica e o óleo de palma, no Nordeste do Estado, para a geração do biodiesel.

Mas, enquanto isso não acontece, o Pará continua enfrentando suas mazelas sociais. E o que se vê é que entra governo e sai governo e os problemas que afligem milhares de cidadãos continuam sendo o grande gancho para as manchetes dos jornais, notadamente os de oposição ao governo.

Quem sabe com as eleições deste ano que já se apresentam à porta, venham a ter os paraenses, novas e boas perspectivas de curto prazo que possam minimizar os problemas que afligem a todos. Mas com a consciência de saber que em tempo de eleições toda promessa vinda de políticos dos mais diversos matizes, não é dívida. Bem entendido.

<http://www.pedromariodacosta.com/>